

DOI: <http://dx.doi.org/10.18764/2446-6549.v3n10p80-98>

INTERESPAÇO

Revista de Geografia e Interdisciplinaridade

A BUSCA PELO FUNDAMENTO SIMBÓLICO DA IDENTIDADE NACIONAL BRASILEIRA NA ERA VARGAS

THE SEARCH FOR THE SIMBOLIC FOUNDATION FROM NATIONAL BRAZILIAN IDENTITY IN THE VARGAS'S AGE

LA BUSQUEDA DEL FUNDAMENTO SIMBÓLICO DE LA IDENTIDAD NACIONAL BRASILEÑA EN LA ERA VARGAS

Gilvan Charles Cerqueira de Araújo

Doutor em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – UNESP/Rio Claro. Mestre em Geografia pela Universidade de Brasília – UnB. Professor da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal.
gcc99@gmail.com

Recebido para avaliação em 15/11/2017; Aprovado para publicação em 24/12/2017.

RESUMO

O Brasil possui um longo histórico de busca por um fundamento simbólico que embasa seu substrato nacional, com símbolos, referências históricas, personagens e locais diversos. Este cenário adquiriu status de política de governo com a passagem de Getúlio Vargas no comando do país, hasteando como um dos focos de suas ações políticas e econômicas uma remodelação das referências simbólicas brasileiras, transferindo a mística edênica secular para um patamar de racionalização das riquezas naturais do Brasil. Tendo como base esta discussão, o presente artigo transita entre estes extremos, ou seja, as marcas culturais e históricas da ufania edênica secular com o projeto de racionalização desta referência simbólica como projeto nacional.

Palavras-chave: Identidade Nacional; Mito Fundacional; Ufania Edênica; Projeto Nacional; Era Vargas.

ABSTRACT

Brazil has a long history of searching for a symbolic foundation that bases its national substratum, with symbols, historical references, characters and several places. This scenario acquired government policy status with the passage of Getúlio Vargas in charge of the country, raising as one of the focuses of its political and economic actions, with a remodeling of the Brazilian symbolic references, transferring secular edenic mysticism to a level of rationalization of natural wealth of Brazil. On the basis of this discussion, the present article transits between these points, the cultural and historical marks from secular edenic jingoism with the project of rationalizing this symbolic reference as a national project.

Keywords: National Identity; Foundation Myth; Edenic Jingoism; National Project; Vargas's Age.

RESUMEN

Brasil posee un largo historial de búsqueda por un fundamento simbólico que envuelve su sustrato nacional, con símbolos, referencias históricas, personajes y locaciones diversas. Este escenario adquirió status de política de gobierno con el paso de Getúlio Vargas al mando del país, asistiendo como uno de los focos de sus acciones políticas y económicas una remodelación de las referencias simbólicas brasileñas, transfiriendo la mística edénica secular hacia un nivel de racionalización de las riquezas naturales de Brasil. Con base en esta discusión, el presente artículo transita entre estos

extremos, es decir, las marcas culturales e históricas de la ufanía edénica secular con el proyecto de racionalización de esta referencia simbólica como proyecto nacional.

Palabras clave: Identidad Nacional; Mito Fundacional; Ufanía Edénica; Proyecto Nacional; Era Vargas.

INTRODUÇÃO

O presente artigo é um recorte adaptado da tese original de doutorado em Geografia intitulada “Edenismo e Ideologia espacial no imaginário brasileiro (1930-1986)”, defendida em 2016 na Universidade Estadual Paulista – UNESP, campus de Rio Claro/SP. O debate proposto circunscreve-se na Era Vargas e, especificamente, de como neste período houve uma busca pelo referencial simbólico para um projeto nacional e nacionalista para o Brasil, tendo como principal embasamento, uma remodelagem da mística secular do Paraíso Terreal de forma racionalizada, servindo como principal aporte simbólico à ideia da nação brasileira.

Neste trabalho a metodologia utilizada para a estruturação e proposição dos argumentos apresentados, se fundamentam a partir de uma revisão bibliográfica e discussão do tema do edenismo, no recorte temporal estabelecido, com base em autores e obras-chave que tratam direta e indiretamente sobre esta discussão. O recorte temporal escolhido, a Era Vargas, proporciona, desta maneira, uma ampla abertura para o enriquecimento da temática da ufanía edênica sobre o território brasileiro, trazendo elementos que vão desde planos nacionais de desenvolvimento econômico até a utilização dos meios de comunicação como aportes para elevação do poderio de influência dos representantes do poder estatal no país.

O projeto nacional de Getúlio Vargas incluía, em suas linhas gerais, campos de ações específicos que, ao longo da instauração do Estado Novo, e de toda a trajetória do ex-presidente foram revisitados como focos dos esforços políticos dos envolvidos naquele processo histórico e geográfico. Houve outras etapas desta política de governo, focadas na força simbólica do Estado e do papel da propaganda nos aparelhos de gestão e poder. Neste momento, as duas questões juntam-se na personificação de um indivíduo, especificamente, o ex-presidente do Brasil Getúlio Vargas (1882-1954).

Como exemplo das áreas consideradas fundamentais para a estruturação simbólica da identidade nacional brasileira da época, pode-se citar a padronização e uso do ensino como bandeira das ações do governo, principalmente sua ufanía em relação ao país e sua busca pela modernização; a eleição de localidades históricas em todo o Brasil, e em Minas

Gerais e Goiás com maior intensidade, como sendo a real história que deveria ser apresentada como alicerce de nossa sociedade (e o Barroco das esculturas, construções e pinturas atendeu, de certa forma, essa demanda – vide a criação do IPHAN); seleção e busca de novos autores, escritores, intelectuais e demais envolvidos no meio acadêmico e literário nacional, para que fosse organizado um cânone científico, acadêmico e cultural de referência para aquela e próximas gerações, movimentos como a institucionalização da Geografia e História como ciências, os ecos da Semana da Arte Moderna de 1922, etc.

Além disso, o fortalecimento dos centros universitários também contribuiu para o alcance de tais objetivos; o uso do crescimento dos meios de comunicação em massa, com o rádio ocupando papel central neste quesito, contribuiu para, além de divulgar os feitos políticos dos representantes do Estado brasileiro, também, ao mesmo tempo, fazer com que surgisse uma nova demanda de coleta, seleção e exposição das informações, seja como censura ou estabelecimento de toda uma complexa estrutura de propaganda política, que, em seu pioneirismo, criou uma nova forma de se fazer e viver política no Brasil, gerando um *modus operandi* propagandístico seguido ao longo das demais décadas no Estado nacional brasileiro.

A NAÇÃO E O NACIONALISMO

Este modelo de projeto nacional empreendido nas primeiras décadas do século XX, e especialmente na era Vargas, se aproxima daquele que é objeto das considerações de Hobsbawm (2002), quando o mesmo afirma que, no caso dos Estados – o Leviatã renascentista –, há um movimento destes para o nacionalismo, e não o inverso, processo ocorrido com grande intensidade no governo getulista, quando inúmeras ações neste sentido foram realizadas: “[...] o nacionalismo vem antes das nações. As nações não formam os Estados e os nacionalismos, mas sim o oposto” (HOBSBAWM, 2002, p. 19).

Entende-se, a partir das colocações do historiador britânico, o porquê da tamanha importância dada, no período getulista, não necessariamente à nação brasileira, como se poderia supor pelo apelo popular das propagandas políticas utilizadas, mas, sim, a um modo de se utilizar uma ideologia espacial, pautada numa retórica meticulosamente articulada e estruturada, no sentido de embasar e lançar para esta população um símbolo, que era o Brasil como país do futuro, o paraíso reificado, domado e pronto para dar aos seus filhos a riqueza prometida.

Ao resgatarmos a teoria semiótica e imagética, especialmente na relação entre signos e significados, observaremos o território brasileiro era o imenso significante, propenso às mais diversas representações e interpretações simbólicas, calcadas nesta condição hiperbólica natural, mas também mitológica, do Éden terreno.

No entanto, o significado precisava ser repensado, já que o mito, então desgastado, do Paraíso Terral, não continha as respostas para os anseios do período. A significância encontrou, no nacionalismo territorial, um novo horizonte, pois, a partir daquele ponto, a dádiva da terra – a boa aventura – deveria ser enfrentada, modernizada, explorada, e submetida aos desígnios daqueles que almejavam acompanhar o movimento da história.

Inventar o Brasil significava estruturá-lo, modernizá-lo, equipá-lo com técnicas e tecnologias. Nacionalizar e modernizar foram premissas paralelas e complementares do governo getulista. Ambos os termos foram colocados em igual papel de protagonismo, tanto na elaboração como na execução das políticas estatais dos anos em que Vargas esteve no poder.

A identidade nacional brasileira encontraria fundamento, assim, na riqueza do seu país, no corpo de sua pátria, o território propriamente dito (MAGNOLI, 1997). Como visto na primeira parte desta etapa do presente trabalho, negar o fundamento territorial é diminuir consideravelmente a possibilidade de fortalecer o discurso de formação dos Estados; logicamente, as nações ou tradições podem existir sem esta ligação, mas, na constituição do Estado Nação, a conjunção entre o povo, a nação (a coletividade simbolizada), o Estado e o espaço geográfico dominado, controlado e delimitado (território), torna-se tanto mais obrigatória como imprescindível:

As identidades nacionais são específicas e estão localizadas em algum ponto do tempo através de antecedentes históricos. Os povos tentam reafirmar as suas identidades que foram, de alguma forma, perdidas, podendo estar produzindo outras identidades. Assim, a redescoberta do passado faz parte do processo de construção da identidade de certo grupo social (SAQUET; BRISKIEVICZ, 2009, p. 7).

No entanto, como ressaltam Costa e Suzuki (2012), a ideação de um projeto de unidade nacional brasileira inevitavelmente esbarra na questão da diversidade cultural da população do país. A criação da nação brasileira perpassa esse aspecto dualístico da cultura de seu povo, já que a mesma, historicamente, mostra-se difusa e complexa, demandando um esforço muito maior por parte de uma projeção unificadora de uma identidade nacional:

Porém, a busca por esta unidade (ou integridade) territorial contrapõe-se à identidade brasileira que só é possível através de diferentes identidades político econômicas, que expressaram trajetórias diversas e delimitadas regionalmente. Deve ficar entendido que a declaração do desejo de emancipação política da metrópole não é o equivalente da constituição do Estado nacional brasileiro; afirma-se que o reconhecimento do nexo entre a emergência desse Estado (o Imperial) com a da nação em cujo nome ele foi instituído é uma das questões mais controversas da historiografia nacional. Inclusive, pois, “as nações não possuem uma data de nascimento claramente identificável, e a morte delas, quando chega a ocorrer, nunca é natural. Como não existe um criador original da nação, sua biografia nunca pode ser escrita de forma evangélica, avançando no tempo ao longo de uma cadeia generacionista de procriações” (COSTA, SUZUKI, 2012, p. 5).

Deste modo, o território brasileiro figurou como principal dádiva e, ao mesmo tempo, maior empecilho para os planos de cunho nacionalista. De forma complementar ao exposto pelos autores, o Estado, na figura do governante em representação, buscou de maneira sistemática e organizada, temporal e espacialmente, as referências da nação brasileira, numa exímia seleção ideológica dos componentes simbólicos que fariam parte do imaginário canônico, inclusive, o já referido ufanismo edênico reificado economicamente.

Contrariamente a esta visão e valorização da diversidade cultural brasileira, o projeto de pátria integrada e moderna de Vargas subvertia tais preceitos; o moderno e a modernidade não admitiam o atraso técnico, o diferente e o diverso, pois era preciso superar, unificar e retificar, máximas seguidas firmemente pelos defensores da modernização, como o ex-presidente Vargas. O mito do salvador aliava-se ao do arauto do futuro, e, em meio a ambos, alicerçava-se a fundação simbólica de uma nação brasileira.

O salvador da nação assume seu fardo, lança para o povo e o futuro seus anseios, sem temer nem diminuir a força de sua presença, discurso e prática no poder político do país: “Levanto a minha taça, com os votos mais sinceros pela vossa felicidade, certo de que não poupareis energias para acompanhar o surto do engrandecimento nacional e tudo empenhareis na defesa da grande Pátria Brasileira” (VARGAS, 1944, p. 257).

Assim, a ufanía territorial do edenismo americano não apenas é retomada por Vargas, como também assume outra vertente, de enfrentamento da imensidão do espaço geográfico brasileiro. Esta mudança já podia ser notada antes mesmo do século XX, pois, no momento da chegada dos colonizadores portugueses, a sacralização edênica saía de cena para que o utilitarismo e a exploração das riquezas do paraíso recém-descoberto tomasse lugar. O que ocorre, com Getúlio Vargas, é uma nova visão da noção de exploração do potencial geográfico do país, enraizada em suas prerrogativas modernistas do Estado nacional.

O mito seria um instrumental que forneceria modelos para o comportamento humano, por isso conferindo-lhe significado e valor à existência. “[...] Na verdade, o mito seria uma forma de tornar mais inteligível o mundo e as sociedades” (ROSSI, 2007, p. 5).

O poder simbólico do mito age em duas frentes, neste período específico de nossa historiografia. De um lado, havia a reificação da base edênica da concretude paradisíaca nas Américas, e, por outro, a projeção de um indivíduo como detentor da responsabilidade de levar este povo ao seu desígnio histórico de dominação, controle e exploração destas riquezas, numa nova utopia política para o Brasil enquanto Estado-Nação:

A utopia quer construir um contramodelo da realidade que se mostra insuficiente. Assim, é fundamental que percebamos que todo pensamento escatológico é por definição carregado de pessimismo em relação ao seu momento histórico e, certamente, otimista em relação a uma nova era que está por se iniciar. Isso não é outra coisa do que a utilização do instrumento utópico como meio suficiente de se interpretar a realidade. E a abundância vem justamente responder à vontade de se opor à realidade vivida e sofrida pela insatisfação alimentar como também pela procura de um possível paraíso onde a natureza possa produzir ilimitadamente ou ainda onde em uma dada sociedade o progresso econômico tivesse condição de eliminar todo tipo de carência (ROSSI, 2007, p. 6).

O messianismo, portanto, é o estado de maturação do mito. Se, conforme diz Rossi (2007), há até mesmo produções de subjetividade, de conformação concreta e de todo um extrato cultural, então, direcionar todos estes elementos a uma ideia específica, como na salvação, unificação e conquista do Brasil por Getúlio Vargas, é a expressão máxima da força simbólica do mito – um indivíduo colocado à frente e acima de sua coletividade:

Assim, o que temos é o messianismo como uma força dinâmica e prática. E, contrariamente, não pode ser vista como uma crença passiva e inerte, de resignação e conformismo. Nega-se essa sociedade, mas elabora-se a adesão concreta a um novo mundo. Não, o messianismo não se presta à alienação do movimento das forças sociais em busca de libertação. Diante da sociedade que se encontra em situação de precariedade e do espetáculo de toda sorte de injustiças, é de responsabilidade dos seres humanos trabalhar a fim de sanar o imponderável. Este trabalho deve ser feito mesmo que num primeiro momento muitos dos movimentos messiânicos tenham uma visão tão irreal da história, no sentido da garantia da realização de sonhos historicamente impossíveis que passam de movimentos sociais contestatórios com possibilidades de êxito para radicalismos alienantes. Nesse sentido pode-se falar que uma das características fundamentais do messianismo é seu caráter de “salvação coletiva” em detrimento da salvação individual. A dinâmica do movimento envolve o grupo e não o indivíduo. Envolve a história de um grupo a partir de suas relações sociais e não a história de uma personalidade individual. E, por isso mesmo, é um movimento dinâmico; um movimento da força social que busca a transformação da terra não para um só homem, mas para toda a humanidade. Parece o caso de se pensar os líderes messiânicos enquanto agentes que conduzem à viabilização de uma nova vida coletiva. Seriam como que leitores da vida do povo e da sociedade que os cercam. E nesse desiderato, buscam captar os anseios daqueles

que são deserdados para, como seus porta-vozes, apontar o caminho da paz e da salvação que têm lugar na própria história em que vivem (ROSSI, 2007, p. 10).

Para atingir este patamar mítico, responsável por dar ao povo brasileiro sua unicidade nacional e nacionalista, a retórica utilizada apelava para a simbologia da missão patriótica de conquista, ocupação e exploração do território. Esta é, nas palavras do próprio Getúlio Vargas (1944), a questão a ser posta, em seu discurso intitulado *O Brasil visto como um todo*:

As circunstâncias atuais da vida brasileira são conhecidas e claras. Quando a conflagração chegou ao Continente Americano, cumprimos o nosso dever, rompendo relações com os que traiçoeiramente a provocaram; quando chegamos às nossas águas, através de inomináveis atentados contra indefesas unidades da marinha mercante, com sacrifício de preciosas vidas e bens brasileiros, fomos sem hesitações à guerra. Era um imperativo da nossa consciência de povo soberano e dele não nos podiam afastar considerações oportunistas. Só tivemos em vista resguardar a todo custo o patrimônio moral e material da Nação. Nada queremos que já não nos pertença de direito; mas, na defesa da dignidade e dos interesses da Pátria, nenhum obstáculo nos deterá (VARGAS, 1944, p. 255-266).

O orgulho telúrico era, portanto, um dos principais fornecedores da força do discurso e da prática política dos ideais modernizadores, nacionalistas, simbólicos e econômicos de Getúlio Vargas. Percebe-se, inclusive, o recurso temporal, além do geográfico, para se justificar esta predisposição da brasilidade nos vales, campos, florestas e mares, e, num grau maior de interpretação desta destinação simbólica, a visão de modernidade reveste estes aspectos do uso e exploração de toda esta dádiva do solo nacional:

Retomando a trilha dos pioneiros que plantaram no coração do Continente, em vigorosa e épica arremetida, os marcos das fronteiras territoriais, precisamos de novo suprimir obstáculos, encurtar distâncias, abrir caminhos e estender as fronteiras econômicas, consolidando, definitivamente, os alicerces da Nação. O verdadeiro sentido de brasilidade é a marcha para o Oeste. No século XVIII, de lá jorrou a caudal de ouro que transbordou na Europa e fez da América o Continente de cobiças e tentativas aventurosas. E lá teremos de ir buscar: – dos vales férteis e vastos, o produto das culturas variadas e fartas; das entranhas da terra, o metal com que forjar os instrumentos da nossa defesa e do nosso progresso industrial (VARGAS, 1938, p. 124).

A partir deste trecho, de um discurso de 1938, o que se vê é a união entre o espacial e o temporal. De uma forma bem mais elaborada e aprofundada, é este o ponto central da análise de Lowenthal (1998), em sua obra *El pasado és un país extraño*, na qual traz para o debate esta confluência, e também a congruência entre a historicidade e a geograficidade na composição dos elementos culturais e simbólicos de um povo. Nas palavras do autor:

“Aquéllos que carecen de vínculos con um lugar tienen que forjarse uma identidad a través de otros pasados” (LOWENTHAL, 1998, p. 81). É, nesta união da força do tempo com a presença do espaço que o discurso getulista se enquadra, ao buscar um molde histórico e uma residência geográfica para sua ideologia política e nacionalismo. O lugar em questão é o próprio território, em ufanía e exploração, e o tempo é o do período colonial, especialmente da corrida do ouro no Brasil central e nas cidades barrocas.

No próximo momento desta reflexão, veremos que a marcha prosseguiu, de certa maneira, para regiões como Amazônia (retomando os planos do Marechal Rondon, anos depois das primeiras expedições) e Nordeste, mas o foco das rotas inicialmente elaboradas no período getulista eram as fronteiras do então estado de Goiás (ainda sem a separação de Tocantins ao norte): “Os planos da Expedição, traçados no Rio de Janeiro, falavam em Goiás Velho — antiga capital do Estado — como porta de entrada para o sertão.” E complementa o autor, descrevendo os detalhes da excursão: “Dali o Araguaia seria alcançado por uma estrada precária, arenosa, que saindo da capital ia esbarrar em Leopoldina, na margem do rio”. Rios e rotas indígenas serviram como princípio para a exploração dos irmãos paulistas: “O Araguaia, pela nova rota, seria alcançado na junção com seu maior afluente, o rio das Garças. Ali iria se estabelecer a base da Expedição, que ficaria na margem goiana, defronte à foz do tributário” (VILLAS BOAS, 1994, p. 38).

AS EXPEDIÇÕES EXPLORATÓRIAS E O EDENISMO TELÚRICO

A marcha para o Oeste, no sentido getulista da expressão, encontra seu eco de referência histórica nas expedições bandeirantes do Brasil colonial. Por esta razão, é possível revisar a ufanía com a qual a expressão ainda é utilizada em referências bibliográficas ou informacionais, devido aos sabidos extremos da passagem dos paulistas pelos interiores brasileiros (ARAÚJO, 2013). Deste modo, não deixa de ser passível de crítica o uso ainda vigente de termos como sertanistas, ou até mesmo indigenistas, para os *neobandeirantes* como os irmãos Villas Boas e o Marechal Rondon. Suas contribuições podem, e devem, ser desvinculadas do fardo histórico da marcha colonial dos paulistas, apesar de, inevitavelmente, conterem, ainda, conceitual e tematicamente, alguns aspectos da continuidade histórica do movimento de exploração do oeste brasileiro.

As expedições de exploração recebem o lastro oficial do Estado por meio de instrumentos legais para suas execuções, como a portaria nº 70 de 1943, que organizava a expedição Roncador-Xingu, notadamente embasada pela coordenação econômica do

governo (BRASIL, 1943). Os irmãos Villas-Bôas representam uma síntese do que foi este esforço de exploração dos *sertões* brasileiros. O uso de referências heráldicas, como a bandeira e o hino nacional, simbolizavam o caráter expedicionário das viagens, sendo que estes ritos eram efetuados a cada novo avanço dos viajantes:

No acampamento Aragarças, em 7 de setembro de 1943. Após um frugal café da manhã, foi hasteado o Pavilhão Nacional diante de um solene Cel. Vanique, que apresenta armas para a bandeira desfraldada. Não menos solenes, os demais membros da administração observavam, com os olhos semicerrados devido ao sol que já anunciava a alvorada, o hastear da bandeira pelo rústico mastro. A salva de 21 tiros reforçava o tom cerimonial onde — meia dúzia de idealistas em pleno sertão emolduravam o símbolo de nossa independência (VILLAS BÔAS, 1994, p. 26-27).

O desconhecido é colocado em posição tanto de sublimidade como de temor pelos irmãos paulistas. Muitas perdas humanas ocorreram, e os enfrentamentos com os indígenas eram inevitáveis, até que se chegasse a uma harmonia possível de superar, por vezes, os primeiros contatos não tão amistosos. A diferença entre o posicionamento dos irmãos Villas-Bôas (1994) e o histórico de bandeirismo nacional é a valorização, por parte dos irmãos, dos costumes regionais, ritos locais e a riqueza cultural dos nativos, no caso de suas expedições ao longo da bacia do Xingu:

Uma expedição que tem como roteiro furar sertões desconhecidos sempre exerce um fascínio irresistível em todos aqueles que possuem espírito de aventura. Mas a realidade, no mais das vezes, arrefece o impulso. O sertão cobra um tributo pesado do “intruso” que quer conhecê-lo, desvendá-lo. A condição essencial do candidato é ter uma indiscutível saúde. Um ponto fraco naquele que se aventura mais dia menos dia irá traí-lo. A sensação de estar no “ignoto” não é tão sublime a ponto de a pessoa não se molestar com a primeira cobrança dos borrachudos, piuns, maruins, tatuquiras, varejeiras, lambe-olhos, enfim [...] O tanto de gente que vimos chegar foi o mesmo que vimos partir (VILLAS-BÔAS, 2012, p. 47).

Com o papel do Estado como fomentador principal da continuidade destas expedições, houve um dos maiores esforços técnico-científicos de exploração geográfica já empreendido no território brasileiro, seja por terra, água ou ar – e, particularmente a aviação, e seu desenvolvimento, receberam peculiar protagonismo neste processo, conforme indicado por Gallo (2008).

A Fundação Brasil Central (FBC), em seu Relatório de Atividades, infelizmente, apesar da importante contribuição com o registro das expedições a oeste do território brasileiro, ainda faz uso de muitos termos que realçam visões das heranças coloniais de enfrentamento entre os povos europeus e indígenas, tais como atraso, a emancipação do

progresso, pacificação de povos, primitivismo, etc. Além disso, percebe-se o tom de doutrinação estatal para com seu território, com a urbanização servindo como portfólio para tal concepção e linha de ação:

Apesar de estagnado a que muitas dessas comunidades tem sido submetidas devido, entre outros fatores, a falta e precariedade de transportes, elas são o germe de grandes possibilidades. Não de florescer e darão seus frutos quando lá chegar o futuro, a avalanche emancipadora do Progresso. Onde o caboclo não tinha as condições mínimas de sobrevivência, minado em suas energias pela pobreza e as moléstias tropicais, surgiram os Postos de Saúde e o serviço médicos aéreos da Fundação. Surgiram depois hospitais modernos. Onde outrora viviam em plena Idade da pedra milhares de silvícolas e, em estado de grande atraso, os colonos pioneiros, a Fundação criou escolas primárias, igrejas e deu início ao ensino profissional e militar (Tiro de Guerra de Aragarças, hoje extinto). Onde as habitações eram pobres palhoças, aparecem casas de alvenaria e de madeira, graças à presença da Fundação que construiu olarias e cerâmicas, serrarias e carpintarias, explorando, inclusive, pedreiras e caeiras. Onde só se podia viajar em lombo de burro e canoas primitivas, surgiram, embora modestamente, transportes rodoviários, fluviais e aéreos. Surgiram boas estradas, pontes, balsas, estaleiros e campos de pouso. Onde produzir além das necessidades de consumo (FBC, 1961, p. 11).

Todo este cenário, dos anos de 1930 a meados de 1950, permite, em um nível mais profundo de reflexão, perceber a construção do *homo brasiliensis* a partir dos pontos destacados, o trabalho, a diversidade étnica, a riqueza natural do seu lar, a extensão continental do seu país, dentre outras características amplamente difundidas a partir dos pilares do nacionalismo e da ideologia política (e principalmente espacial) do Estado Novo.

Almejava-se estabelecer um fim para a existência do brasileiro e de sua brasilidade: “La capacidad para recordar nuestro pasado e identificarnos com él ofrece significado, finalidad y valor a nuestra existencia” (LOWENTHAL, 1998, p. 80). E o significante para essa essência cultural e simbólica é o espaço geográfico, ou melhor, o território simbolizado pelo Estado em diferentes modulações governamentais influenciadas por estes fundamentos simbólicos, políticos e econômicos.

No que tange à economia, ela toma um papel central no projeto nacional getulista, pois era nela que o fundamento mítico dessa historicidade e geograficidade do paraíso remodelado encontrava sua contraprova concreta; em outras palavras, se as riquezas do chão da terra são colocadas como o elixir do futuro pelas ações do salvador, então é preciso que se dê condições materiais e técnicas para que estes objetivos sejam alcançados. Por estas razões, há uma miríade de preocupações, no âmbito econômico, que comprovam este posicionamento do ex-presidente brasileiro, conforme segue:

[...] com o desenvolvimento nacional, com a industrialização e com a necessidade da intervenção do Estado na economia. No primeiro ano de governo, propôs a criação do Banco do Nordeste do Brasil e da sociedade por ações Petróleo Brasileiro S. A. (Petrobras), além de denunciar fraudes contra a lei que regulamentava a remessa de juros e lucros para o exterior (ver discursos de 31 de dezembro de 1951 e 15 de março de 1952). Seu Plano Nacional de Reaparelhamento Econômico era um plano quinquenal de investimento em indústrias de base, transportes, energia, frigoríficos e modernização da agricultura, com forte orientação estatal e nacionalista (ver discursos de 31 de maio, 22 e 23 de junho de 1952). Exemplo de preocupação com o desenvolvimento regional foi o projeto da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA). No plano nacional, foi criado em 1952 o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico (BNDE), encarregado, por sugestão da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, de gerir o Fundo de Reaparelhamento Econômico (VARGAS, 2011, p. 39).

Os mecanismos simbólicos utilizados para alcançar esses *interesses da pátria*, como expostos anteriormente, foram pautados principalmente em três pilares de ação: O trabalho, a família e o Estado. O trabalho – revestido no colosso modernizador – e, o tom moral da família e do Estado garantido, novamente, no potencial de produção e difusão da informação dos órgãos criados para estes fins.

Estes mecanismos, que recorrem à espacialidade para se manter como tais, são também indicados por Moraes (1991, p. 168) quando o autor afirma: “[...] centralidade da dimensão espacial na armação de sua sociabilidade”. Mesmo que tenha havido toda uma estruturação discursiva com base na tríade mencionada, era no espaço e em sua exploração pelo homem que todo o projeto político em questão se assentava, a que recorria e retornava.

Esta visão não seria possível sem a “profanação” e monetarização do território e do edenismo americano: “Capítulo singular da história do capitalismo: a formação da nacionalidade brasileira. Obra de conquista territorial, de apropriação do espaço, de exploração do homem e da terra”. Era preciso reforçar essa premissa convocando literalmente os obreiros da exploração das riquezas das fronteiras, dos interesses estatais, tirando do corpo da pátria o futuro e salvação do povo, como referências simbólicas do nacionalismo em ideologia e projeto: “Da construção de uma sociedade e de um território. De uma sociedade que tinha a construção do território como elemento de identidade” (MORAES, 2005, p. 96).

Desse modo, havia, no trabalho, a carga espacial e temporal da modernização, amplamente recorrente no ideário getulista de seu projeto político; na família estavam assentados os valores morais aos quais o ex-presidente se agarrava como sendo ele próprio um referencial maior, num autoproclamado messianismo perante a população brasileira; e, pelo Estado, estava disposta a transgressão da linha de divisão entre os aparelhos estatais e

a persona pública do gestor, sendo ambas unificadas na ultrapassagem da humanidade do homem para sua condição de mito, numa referência – talvez não intencional – a épocas mais remotas de indivisibilidade entre o governante e o Estado, e, para além disso, dos últimos do próprio território.

Outro aspecto que fez parte de plano de desenvolvimento nacional, além do simbolismo reinterpretado do edenismo territorial, era o vigor do povo brasileiro para o trabalho. Por meio do trabalho, a modernização seria possível, e o país chegaria a um status novo de unidade e significância. A classe trabalhista recebeu especial atenção no projeto político getulista, por meio de leis, reconhecimento social e outras ações específicas para o tema, pois o presidente precisava do povo a seu favor para garantir a continuidade de suas obstinações simbólicas e econômicas:

Vargas, muito especialmente o Vargas ditador, esteve sempre consciente do aspecto civilizatório do direito do trabalho que ele instituiu, mas tinha melhor clareza do que Oliveira Vianna sobre seus limites num país como o Brasil. Em 1941, em engenhoso discurso proferido no Primeiro de Maio – momento em que o ditador costumava informar os trabalhadores, anualmente, sobre o andamento de “sua” obra social, isto é, os novos direitos “dadivosamente” agregados ao sempre incompleto edifício de “promoção do homem brasileiro” – , ele pregaria em favor da fixação do homem no campo, embora não necessariamente por meio de uma reforma agrária. Sem aquela fixação, o Brasil correria o risco de “assistir ao êxodo dos campos e superpovoamento das cidades – desequilíbrio de consequências imprevisíveis, capaz de enfraquecer ou anular os efeitos da campanha pela valorização integral do homem brasileiro, para dotá-lo de vigor econômico, saúde física e energia produtiva” (CARDOSO, 2010, p. 784).

Vargas, como se vê, tinha exata noção das premissas estruturais do seu projeto civilizatório. Mesmo que se argumente, por exemplo, que houve a busca por elementos históricos e culturais de singularização da cultura brasileira, tais escolhas foram feitas de acordo com o que se tinha projetado para o Brasil, ou seja, o moderno, o além do presente e a destinação futurista.

Bradava-se o vigor do trabalho popular como a vocação natural e inquestionável para se chegar neste novo patamar de nação moderna, e o alvo escolhido para esta projeção estava diante do Estado, ou seja, o imenso território com suas riquezas naturais, simbolizadas ainda edenicamente, é verdade, mas agora realocadas como fonte da riqueza necessária para o desenvolvimento de um novo Estado-Nação:

Nada nos deterá nesta arrancada, que é, no século XX, a mais alta tarefa do homem civilizado: - conquistar e dominar os vales das grandes torrentes equatoriais, transformando a sua força cega e a sua fertilidade extraordinária em energia disciplinada. O Amazonas, sob o impulso fecundo da nossa vontade e do nosso trabalho, deixará de ser, afinal, um simples capítulo da história da terra e,

equiparado aos outros grandes rios, tornar-se-á um capítulo da história da civilização (VARGAS, 1941, p. 230).

Coincidentemente, o discurso da modernização de Vargas ecoa o processo de afirmação dos países europeus na baixa Idade Média e Modernidade. A convocação presente nessas palavras, em forma de brado nacional, pode ser observada em outras formações nacionalistas, pelo fato de a promessa de tempos melhores, de um futuro próspero e de uma união social e identitária serem armas poderosas na constituição de ideologias políticas. No caso brasileiro, essa ideologia se assenta no território como seu fundamento de justificativa e execução, como visto na menção à região amazônica.

MODERNIZAÇÃO E O PROJETO NACIONAL

Para Hobsbawm (2002), pensar em nacionalismo ou nos movimentos nacionalistas é colocar também em pauta a questão do progresso. O autor considera que o processo de formação dos países, mais especificamente dos europeus, esteve alinhado com o desenvolvimento das técnicas e tecnologias. Formar um país significava colocar para seus habitantes e território um objetivo maior, alcançar, por meio da unidade cultural e social, a razão histórica do Estado nacional, lembrando que tal pensamento pode ser comparado ao projeto político getulista de nacionalismo para o Brasil:

Portanto, se o único nacionalismo historicamente justificável era aquele ajustado ao progresso - isto é, aquele que alargava, e não restringia, a escala de operação humana na economia, na sociedade e na cultura -, qual podia ser a defesa dos povos pequenos, das línguas menores e das tradições menores, na grande maioria dos casos, a não ser uma expressão da resistência conservadora ao avanço inevitável da história? Os pequenos povos, línguas e culturas ajustavam-se ao progresso apenas no caso de aceitarem um status subordinado a alguma unidade maior ou caso se retirassem da batalha para se tornar um repositório de nostalgia e de outros sentimentos (HOBSBAWM, 2002, p. 53).

Em concordância com a posição de Hobsbawm (2002) sobre a inerência dos conflitos sociais em relação à subida do nacionalismo europeu e a corrida pelo progresso técnico, Lima (1981), tratando dos países em desenvolvimento, ressalta a discrepância, e dominação, que ocorre entre os dois extremos nacionalistas, dos que alcançam o poderio industrial e econômico, e dos povos que ficam à margem deste processo:

De um modo abstrato, poder-se-ia conceituar o nacionalismo como a atitude política que, exaltando o valor da independência nacional, se opõe aos elementos que a impedem, a ameaçam ou com ela se chocam. [...] Se descermos, porém, ao mundo real, verificaremos que nem todos os povos são

independentes, apesar de diversos deles constituírem unidades nacionais de feições bem definidas. Verificaremos, também, que, entre os Estados politicamente independentes, alguns há mais independentes que outros, porque enquanto certos dentre eles são Estados industrialmente adiantados, economicamente poderosos, outros são Estados industrialmente atrasados, economicamente fracos (LIMA, 1981, p. 71).

Hermes Lima (1981) ainda analisa a maneira como a subida ideológica da força nacional e territorial no Brasil encontrou seu fundamento no substrato territorial do país, mais especificamente no petróleo, no período getulista: “A posição nacionalista colocou o interesse nacional na liderança do problema do petróleo, determinando assim que ele fosse encaminhado não ao sabor de conveniências técnicas comerciais dos trustes, mas sob a pressão de nossas necessidades e das reivindicações do nosso desenvolvimento” (LIMA, 1981, p. 73).

Todas as ações da bandeira da modernização foram amplamente revestidas pela propaganda política, pelo nacionalismo getulista em seu estado puro de ação, um dos principais alvos dos opositores desta política em toda a passagem de Vargas pelo poder central brasileiro. A (re)construção nacional, ou melhor, a produção da nação pelo nacionalismo modernista e progressista de Vargas ainda está por ser inteiramente decifrado em sua completude, conforme presente nas palavras do próprio chefe de Estado:

O empolgante movimento de reconstrução nacional consubstanciado no advento do regime de 10 de novembro não podia esquecer-vos, porque sois a terra do futuro, o vale da promessa na vida do Brasil de amanhã. O vosso ingresso definitivo no corpo econômico da nação, como fator de prosperidade e de energia criadora, vai ser feito sem demora. Vim para ver e observar, de perto, as condições de realização do plano de reerguimento da Amazônia. Todo o Brasil tem os olhos voltados para o Norte, com o desejo patriótico de auxiliar o surto de seu desenvolvimento. E não somente os brasileiros; também estrangeiros, técnicos e homens de negócio, virão colaborar nessa obra, aplicando-lhe a sua experiência e os seus capitais, com o objetivo de aumentar o comércio e as indústrias e não, como acontecia antes, visando formar latifúndios e absorver a posse da terra, que legitimamente pertence ao caboclo brasileiro (VARGAS, 1941, p. 228).

Para alcançar a modernização desejada, era preciso trazer especialistas para a empreitada utopista do progresso. O peso simbólico na escala nacional não era o suficiente para o projeto getulista para o Brasil, era preciso uma atitude e ações de maior impacto, diretamente da estrutura, organização e relações sociais do país.

A visão para o futuro e a ambição para o progresso formavam a verdadeira base para a composição do novo “cidadão brasileiro”, trabalhador representante desta nação do porvir. Porém, mais que isto, era preciso ter um grupo de trabalho para se chegar neste patamar; assim, deu-se a construção geográfica e histórica – e seus respectivos órgãos de

alojamento –, por meio de historiadores e geógrafos, a fim estruturar a base para a chegada do progresso tão esperado e planejado:

Ao movimento de renovação ligaram-se estreitamente diversos especialistas estrangeiros, que foram ativos transmissores da cultura geográfica moderna. Imprimindo a orientação científica dos métodos de pesquisas geográficas, introduzindo ou aperfeiçoando a técnica das observações sobre o terreno, estimulando as pesquisas iniciais, divulgando os processos modernos do ensino geográfico, estabelecendo e sistematizando as normas de elaboração e de redação de um trabalho geográfico, descendo, posteriormente, ao esclarecimento de pormenores técnicos relacionados com o trabalho de campo, nas pesquisas originais de geografia regional, debatendo, em seminários ou em tertúlias, temas e questões da maior importância geográfica, os professores estrangeiros imprimiram, efetivamente, uma grande orientação ao movimento renovador da geografia no Brasil. Pela primeira vez no país, os estudos geográficos e as pesquisas realizadas foram levados a efeito ou tiveram a orientação de geógrafos propriamente ditos (PEREIRA, 1994, p. 439-440).

Alguns dos principais órgãos, instituições e organizações de Getúlio Vargas podem ser listados, por fundação e área de atuação; havia, de fato, toda uma estrutura de organização das esferas simbólica, econômica, científica, histórica, cultural, social, política, dentre outras. Cada uma destas instituições tinha como área de atuação um dos “braços” do novo ideal de Brasil, desde estudos históricos e geográficos, centros de treinamento e aprendizagem para mão-de-obra especializada, até a exploração de recursos minerais, os órgãos responsáveis pela produção, difusão e controle das informações pertinentes ao governo, e também as agências de regulação de serviços específicos do Estado:

Quadro 1 – Organizações e Instituições criadas durante os anos de governo Vargas

Nome do Órgão	Ano de Fundação	Área de Atuação
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)	1934	Estudos geográficos e estatísticos
Departamento de Propaganda e Difusão Cultural (DPDC)	1934	Produção, difusão e controle das informações estatais
Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)	1937	Estudos históricos, artísticos e culturais
Conselho Nacional de Geografia	1937	Estudos geográficos e referência para representantes da área
Conselho Nacional de Petróleo (CNP)	1938	Pesquisa, catalogação e exploração das reservas de petróleo
Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP)	1939	Controle da circulação da propaganda política e imprensa
Companhia Siderúrgica Nacional (CSN)	1940	Exploração e produção de ferro, aço e derivados
Companhia Vale do Rio Doce	1942	Exploração das

		reservas de recursos minerais
Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI)	1942	Ensino e aprendizagem de cursos profissionalizantes para o setor industrial
Fábrica Nacional de Motores	1943	Pesquisa e produção de motores para o mercado e sociedade civil
Hidrelétrica do Vale do São Francisco	1945	Produção de energia elétrica para as regiões Nordeste e Sudeste (Minas Gerais)
Serviço Social da Industrial	1946	Ensino e Aprendizagem para atuação no mercado de trabalho
Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobrás)	1953	Pesquisa, exploração e comercialização de petróleo e derivados

Fonte: organizado pelo autor.

Muitos destes órgãos foram renomeados, adaptados, expandidos, extintos ou reelaborados pelos governos posteriores ao de Vargas. Mas, inegavelmente, em pouco mais de uma década de controle do Estado brasileiro, houve uma fundação estrutural e supraestrutural não vista antes, desde o período colonial, que serviu de base para direcionar muitos dos caminhos trilhados pelo Brasil ao longo do século XX.

Outros exemplos que se alinham, principalmente nas esferas cultural e científica, aos órgãos acima referidos, são as expedições científicas que foram realizadas no território brasileiro, e a eleição de certas características históricas como motivo de orgulho nacional, como foi o caso dos monumentos das cidades barrocas do interior de Minas Gerais e Goiás. Também é notável a imensa produção literária deste período, em seguimento à Semana de Arte Moderna de 1922, que serviu de base para muitas das inspirações nacionalistas dos programas de governo da época. E, de igual modo, em poucos anos muitas foram as instituições de Ensino Superior criadas ou expandidas no período citado, reforçando ainda mais o foco na produção de conhecimento a respeito deste novo Brasil.

Estes são alguns dos principais contornos da utopia nacionalista de Vargas – a cidadania regulada, as bases do Estado de bem-estar social –, que, como colocado por Costa e Suzuki (2012), contrapunha-se à noção de diversidade, já que se embasava na integração e unidade. Por fim, o símbolo nacionalista do Estado brasileiro durante o governo de Getúlio Vargas estruturava-se em pilares chave para sua fundamentação e sustentação: a modernização, o trabalho e todo o seu contexto de organização e

institucionalização pelo Estado, o edenismo reificado economicamente, a produção, controle e difusão da informação, a produção do conhecimento para os fins específicos do projeto político dominante, a cidadania regulada por meio da concessão seletiva de direitos aos cidadãos, a invenção e delimitação histórica e geográfica da nação brasileira, dentre outros aspectos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A questão da ufanía edênica na história da formação territorial do Brasil é uma realidade perene, e que precisa ser revisitada nos diferentes momentos e fases perpassadas pela sociedade brasileira. Como visto no presente texto, este cenário possuiu sua especificidade de manifestação no período exposto, da Era Vargas. O que se observa, de forma objetiva e constante, é uma volta ao fundamento mítico da referência edênica como simbologia nacional e nacionalista para o Brasil.

Assistiu-se, portanto, no período getulista, uma maturação desta visão da ufanía edênica como possibilidade de projeto nacional, pautando-se na racionalização sobre símbolos naturais do país. Espera-se, portanto, que com este e outros estudos sobre os projetos nacionais e os nacionalismos brasileiros (como o foram também nas fases desenvolvimentista e militar, por exemplo), um retorno à temática do aproveitamento político, econômico e cultural do edenismo como principal aporte simbólico para o povo brasileiro.

Os passos dados delinham uma amplitude considerável de expansão deste tema para suas infiltrações imediatas e correlatas, como economia e política, por exemplo. Continuar o aprofundamento sobre a temática do edenismo é, sobremaneira, a melhor forma de compreendermos melhor este que é um dos debates centrais de significação nacional do Brasil, gestado antes mesmo da chegada dos europeus nestas terras e, amiúde, reinserido em nossa história.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Gilvan Charles Cerqueira de. **Do ufanismo edênico ao saudosismo heróico: ideologia e discurso geográfico no ideário nacional.** Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Ciências Humanas, Departamento de Geografia, Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

BRASIL. Portaria nº 70, Organização a Expedição Roncador-Xingu de 1943. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/diarios/2328230/pg-11-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-04-06-1943>>. Acesso 05 dez. 2015.

CARDOSO, Adalberto. Uma utopia brasileira: Vargas e a construção do estado de bem-estar numa sociedade estruturalmente desigual. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 53, p. 775-819, 2010.

COSTA, Everaldo Batista da; SUZUKI, Júlio César. A ideologia espacial constitutiva do Estado Nacional brasileiro. **Scripta Nova (Barcelona)**, v. XVI, p. 1-28, 2012.

FBC – FUNDAÇÃO BRASIL CENTRAL. **Relatório de Atividades**. [S.l.; s.n.], 1961.

HOBBSAWM, Eric. **Nações e Nacionalismos Desde 1780**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

LIMA, Hermes. Significação do Nacionalismo. In: _____. **O Pensamento Nacionalista e os “Cadernos de Nosso Tempo”**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981. (Biblioteca do Pensamento Político Republicano).

LOWENTHAL, David. **El pasado es un país extraño**. Trad. Pedro Piedras Monroy. Madrid/España: Ediciones Akal, 1998.

MAGNOLI, Demétrio. **O corpo da pátria**. São Paulo: Moderna/EDUNESP, 1997.

MORAES, Antonio Carlos Robert de. **Ideologias Geográficas: espaço, cultura e política no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1991.

_____. **Território e História no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Annablume, 2005.

PEREIRA, José Veríssimo da Costa. A Geografia no Brasil. In: AZEVEDO, Fernando (Org.). **As Ciências no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994, p. 349-461.

ROSSI, Luiz Alexandre Solano. O Messianismo e a Construção do Paraíso na História. **Revista Aulas (Dossiê Religião)**, n. 4, abr./jul. 2007.

SAQUET, Marcos Aurélio; BRISKIEVICZ, Michele. Territorialidade e identidade: um patrimônio no desenvolvimento territorial. **Caderno Prudentino de Geografia**, n. 31, p. 3-16, 2009.

VILLAS BÓAS, Orlando e Cláudio. **A Marcha para Oeste**. A Epopéia da Expedição Roncador-Xingú. São Paulo: Globo, 1994.

VARGAS, Getúlio. **A Nova Política do Brasil: O Estado Novo** (10 de novembro de 1937 a 25 de julho de 1938). Rio de Janeiro: Livraria José Olympo Editora, 1938.

_____. Discurso do Rio Amazonas. **Cultura Política: Revista Mensal de Estudos Brasileiros**, Rio de Janeiro, ano 1, n. 8, p. 227-230, out. 1941.

_____. **O Brasil visto como um todo**. (Discurso Pronunciado no Círculo Militar do Paraná, em Curitiba, agradecendo o banquete oferecido pelo interventor federal, a 24 de

janeiro de 1944). Disponível: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/>>. Acesso em: 20 abr. 2015.

_____. **Getúlio Vargas**. Ensaio biográfico e organização Maria Celina D'Araujo. 2. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2011.